RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO

O Sr. Prefeito Municipal, conforme Resolução n° 1052 /2015, Art. 2º, inciso I, alínea a, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Apresenta-se a seguir o desempenho dos indicadores e a execução orçamentária dos Programas Estratégicos do Município de Paraíso do Sul constantes no Plano Plurianual 2014-2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, contemplando a totalidade das ações planejadas pelos órgãos da administração. Destaca-se que foram mantidos os investimentos nas áreas básicas como saúde e educação, superando os percentuais constitucionais, de 15% e 25% respectivamente.

O relatório é uma prova do esforço da Administração Municipal, representada por seu gestor, que deve, acima de tudo, planejar e construir uma cidade com mais qualidade de vida e igualdade de oportunidades para todos.

Das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias – LDO 2017

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício, incluindo análise dos fatores determinantes, ou não, para o alcance dos valores estabelecidos como metas.

Em relação às metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 a arrecadação efetivamente realizada foi menor em 7,82%, cuja razão preponderante é a grave crise financeira em que o País e o Estado se encontram e a estagnação da economia brasileira.

Quanto à despesa, a Administração Municipal, buscou medidas de redução e controle dos gastos públicos, através de reavaliação de convênios e contratos existentes, principalmente com Hospital Paraíso, reduzindo os repasses mensais, otimizando e ampliando o controle e a fiscalização. Também houve a redução no número de cargos em comissões, buscando sempre a melhor gestão do dinheiro público, sem prejuízo do atendimento a população municipal.

Essas iniciativas, dentre outras, vislumbraram garantir o quanto possível um equilíbrio fiscal para dar continuidade à busca de recursos externos e assim aumentar a capacidade de investimento no Município, possibilitando superar a meta de resultado primário prevista na LDO/2017.

Os principais resultados fiscais, traduzidos pela apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal são apresentados no quadro abaixo:

Discriminação	Metas Previstas LDO	Metas Realizadas LOA
Receita Total	24.444.210,00	22.531.605,71
Receita Primária (I)	24.139.185,00	20.349.804,96
Despesa Total	24.444.210,00	18.573.907,88
Despesa Primária (II)	23.345.385,00	18.497.004,35
Resultado Primário (III)=(I-II)	793.800,00	1.852.800,61
Resultado Nominal	-320.000,00	-
Dívida Pública Consolidada	-	-
Dívida Pública Líquida	-	-

A Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul e Regime Próprio de Previdência

A Lei Orçamentária Anual, nº 1326/2016 de 20/12/2016 estimou a receita em R$23.029.060,00 (vinte e três milhões, vinte e nove mil e sessenta reais), Prefeitura e Fundo de Aposentadoria (RPPS), juntos. A arrecadação total do exercício 2017 foi de R$22.531.605,71 (vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e um mil seiscentos e cinco reais com setenta e um centavos). A receita do Fundo de Aposentadoria representou aproximadamente 22% da receita realizada, totalizando R$4.956.615,09 (quatro milhões novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quinze reais com nove centavos).

Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Demonstrativos Orçamentários e Contábeis publicados nos Murais da Prefeitura e Câmara municipal de Vereadores, no Portal (sitio) da Prefeitura.

1. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário, o total da Receita prevista, corresponde ao somatório das receitas correntes mais receita de capital, mais receita intraorçamentária, excluído as deduções de receita. Foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 um montante de R$ 23.029.060,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de R$ 22.531.605,71, tendo sido arrecadado, portanto, 97,84% da meta anual.

A receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (b-a)	Percentual Realizado no ano (d) = (b/a)
RECEITAS CORRENTES (I)	**19.991.699,00**	**20.056.494,43**	**64.795,43**	**100,32**
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.064.563,43	1.236.248,77	(828.314,66)	59,88
IMPOSTOS	1.025.058,03	1.058.901,36	33.843,33	103,30
TAXAS	1.034.505,40	177.347,41	(857.157,99)	17,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.000,00	-	(5.000,00)	-
RECEITA DE CONTRIBUICÕES	525.000,00	756.658,67	231.658,67	144,13
CONTRIBUICÕES SOCIAIS	449.000,00	691.228,81	242.228,81	153,95
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	76.000,00	65.429,86	(10.570,14)	86,09
RECEITA PATRIMONIAL	352.949,90	2.309.866,11	1.956.916,21	654,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	322.949,90	2.115.600,75	1.792.650,85	655,09
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	30.000,00	-	(30.000,00)	-
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	-	194.265,36	194.265,36	194.265,36
RECEITA DE SERVIÇOS	332.210,00	446.771,50	114.561,50	134,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.207.339,40	14.921.413,44	(1.285.925,96)	92,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.433.564,40	14.577.516,62	(856.047,78)	94,45
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	900,00	-	(900,00)	-
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	900,00	-	(900,00)	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	771.975,00	343.896,82	(428.078,18)	44,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	509.636,27	385.535,94	(124.100,33)	75,65
MULTAS E JUROS DE MORA	61.324,16	53.582,43	(7.741,73)	87,38
INDENIZACÕES E RESTITUICÕES	136.518,90	211.264,84	74.745,94	154,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	239.973,21	118.542,72	(121.430,49)	49,40
RECEITAS DIVERSAS	71.820,00	2.145,95	(69.674,05)	2,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.609.861,00**	**384.125,00**	**(1.225.736,00)**	**23,86**
OPERACÕES DE CRÉDITO	40.000,00	-	(40.000,00)	-
OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	-	(40.000,00)	-
ALIENAÇÃO DE BENS	275.500,00	66.200,00	(209.300,00)	24,03
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	275.500,00	66.200,00	(209.300,00)	24,03

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (b-a)	Percentual Realizado no ano (d) = (b/a)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.281.000,00	317.925,00	(963.075,00)	24,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	126.000,00	-	(126.000,00)	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.155.000,00	317.925,00	(837.075,00)	27,53
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.361,00	-	(13.361,00)	-
RECEITA DA D.A. PROV. DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FIN.	13.361,00	-	(13.361,00)	-
Receitas (Intraorçamentárias) (III)	**1.427.500,00**	**2.090.986,28**	**663.486,28**	**146,48**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**23.029.060,00**	**22.531.605,71**	**(497.454,29)**	**97,84**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	**23.029.060,00**	**22.531.605,71**	**(497.454,29)**	**97,84**
Déficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**23.029.060,00**	**22.531.605,71**	**(497.454,29)**	**97,84**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	**266.694,52**	**266.694,52**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	131.547,63	131.547,63	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	135.146,89	135.146,89	-

1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do exercício em análise, o montante líquido de R$1.236.248,77, que confrontada com a previsão inicial de R$ 2.064.563,43, representa uma realização de apenas 59,88% do valor estimado para o ano.

Esse desempenho insatisfatório se deve basicamente pelas Taxas (Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços) que realizaram 20,13% e 15,39% da sua arrecadação prevista, respectivamente.

1.2 Receita de Contribuições

As receitas de contribuições atingiram 144,13% da previsão inicial, superando em $231.658,67 a estimativa. Para esse desempenho ressalto as contribuições sociais para o regime próprio de previdência, com arrecadação de R$691.228,81 ante a previsão de R$449.000,00.

1.3 Receita Patrimonial

A receita patrimonial superou em 654,45% sua previsão inicial. O desempenho mais expressivo nesse grupo foi a remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência,

que totalizou em 2017 R$ 2.025.902,12, representando aproximadamente 87,71% das receitas patrimoniais realizadas. Outro ponto a ressaltar é a Receita da Cessão de direitos que proporcionou um ingresso de R$194.265,36 com a venda da folha de pagamento para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

1.4 Receita de Serviços

Nas Receitas de Serviços o total arrecadado foi de R$446.771,50, ante a previsão de R$332.210,00, representando 134,48% da previsão inicial. Nesse grupo, deve-se observar a receita com captação, tratamento e distribuição de água, que gerou uma receita de R$409.328,99 anual, refletindo 91,62% aproximadamente das receitas de serviços. O município possui uma rede de captação, tratamento e distribuição de água própria, que atinge perto de 1.944 pontos (sendo 1.323 famílias urbanas e 621 rurais), com extensão aproximada de 196 quilômetros.

1.5 Transferências Correntes

A previsão para as Receitas de Transferências Correntes eram de R$ 16.207.339,40. No exercício de 2017, sua arrecadação foi R$ 14.921.413,44, ocasionando um déficit de arrecadação de R$1.285.925,96 da previsão inicial.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo diz respeito às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R$ 5.535.195,16 no período, correspondendo a 84,00% da previsão anual. O FPM arrecadado foi R$1.054.131,24 a menor que sua previsão inicial, impactando diretamente na gestão municipal. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, o qual obteve uma variação negativa para o período.

Nas transferências correntes do Estado, a previsão de receita anual era R$ 4.064.096,00. Sua realização foi de R$ 4.448.742,48, superando em R$384.646,48 a arrecadação prevista, atingindo um percentual de 109,46% da meta estabelecida.

1.6 Receitas de Capital

Com uma previsão inicial de R$ 1.609.861,00, para a receita de capital do Exercício 2017, apenas R$ 384.125,00 realizou-se. Cabe observar que não houve no período a contratação de operações de créditos, nem a realização de um convênio com a União para construção de uma creche municipal, prevista no valor de R$1.155.000,00.

1.7 Receita Intra-Orçamentária

Na receita Intra-Orçamentária são registradas as destinadas ao RPPS. A previsão para 2017 era de R$ 1.427.500,00, tendo sido arrecadado no período R$ 2.090.986,28. Destes, R$ 817.588,03 refere-se à amortização do déficit atuarial, com cobertura por parte da Prefeitura, consumindo uma grande fatia do orçamento municipal.

2. DESPESA

O quadro abaixo detalha a movimentação orçamentária da despesa em relação aos valores fixados:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	**17.633.885,00**	**18.867.974,72**	**16.248.240,14**	**16.245.990,14**	**16.241.923,55**	**2.619.734,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.397.170,00	10.407.987,00	9.967.376,72	9.967.376,72	9.967.314,58	440.610,28
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	9.000,00	9.000,00	7.935,47	7.935,47	7.935,47	1.064,53
APLICAÇÕES DIRETAS	9.388.170,00	10.398.987,00	9.959.441,25	9.959.441,25	9.959.379,11	439.545,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.800,00	11.800,00	468,10	468,10	468,10	11.331,90
APLICAÇÕES DIRETAS	11.800,00	11.800,00	468,10	468,10	468,10	11.331,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.224.915,00	8.448.187,72	6.280.395,32	6.278.145,32	6.274.140,87	2.167.792,40
TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	-	25.000,00	2.500,84	2.500,84	2.500,84	22.499,16
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	50.000,00	68.124,00	66.448,56	66.448,56	66.448,56	1.675,44
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	100.950,00	191.450,00	168.740,93	168.740,93	168.740,93	22.709,07
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	150.000,00	150.000,00	135.184,54	135.184,54	135.184,54	14.815,46
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	34.000,00	20.900,00	5.290,32	5.290,32	5.290,32	15.609,68
APLICAÇÕES DIRETAS	7.889.965,00	7.853.713,72	5.768.069,93	5.765.819,93	5.761.815,48	2.085.643,79
APLIC. DIR. DEC. DE OP. O., F. ENT. INT. OFSS C/ E. P. CSR.	-	139.000,00	134.160,20	134.160,20	134.160,20	4.839,80
DESPESAS DE CAPITAL (X)	**2.827.600,00**	**2.322.154,80**	**483.949,94**	**419.475,69**	**327.575,69**	**1.838.204,86**
INVESTIMENTOS	2.802.600,00	2.312.154,80	474.238,76	409.764,51	317.864,51	1.837.916,04
TRANSFERÊNCIAS A UNIAO	-	34.300,00	30.055,15	30.055,15	30.055,15	4.244,85

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	-	13.560,28	13.555,85	13.555,85	13.555,85	4,43
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.000,00	1.000,00	143,88	143,88	143,88	856,12
APLICAÇÕES DIRETAS	2.801.600,00	2.263.294,52	430.483,88	366.009,63	274.109,63	1.832.810,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	25.000,00	10.000,00	9.711,18	9.711,18	9.711,18	288,82
APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	10.000,00	9.711,18	9.711,18	9.711,18	288,82
Reserva de Contingência (XI)	**1.064.175,00**	**267.203,00**	-	-	-	**267.203,00**
Despesas (Intraorçamentárias) (XII)	**1.503.400,00**	**1.935.922,00**	**1.841.717,80**	**1.841.717,80**	**1.841.717,80**	**94.204,20**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**23.029.060,00**	**23.393.254,52**	**18.573.907,88**	**18.507.183,63**	**18.411.217,04**	**4.819.346,64**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**23.029.060,00**	**23.393.254,52**	**18.573.907,88**	**18.507.183,63**	**18.411.217,04**	**4.819.346,64**
Superávit (XVI)	-	-	**3.957.697,83**	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**23.029.060,00**	**23.393.254,52**	**22.531.605,71**	**18.507.183,63**	**18.411.217,04**	**4.819.346,64**
Reserva do RPPS (XVIII)	-	-	-	-	-	-

Considerando todas as fontes de recursos, a despesa total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma execução inferior à receita total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,842499756, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R$ 3.957.697,83.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2017 totalizaram R$ 18.507.183,63, valor equivalente a 79,11% da previsão atualizada para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R$ 16.245.990,14, correspondendo a 86,10% da projeção atual. As despesas de capital somaram R$ 419.475,69, inferiores ao valor projetado para o período de R$ 2.322.154,80.

Abaixo discriminamos as Despesas Pagas até 31/12/2017 por Unidades Gestoras:

00- Prefeitura Municipal: R$ 15.988.429,52

01- Câmara Municipal de Vereadores: R$ 709.671,97

02- Fundo de Aposentadoria e Beneficência: R$ 1.713.115,55

TOTAL CONSOLIDADO R$: 18.411.217,04

2.1 Restos a pagar

O quadro abaixo detalha as movimentações dos Restos a pagar, Processados e Não Processados:

QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-c-e)
Despesas Correntes (I)	-	**308,40**	**308,40**	**308,40**	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	308,40	308,40	308,40	-	-
Despesas de Capital (II)	**209.412,66**	**288.529,81**	**328.970,11**	**328.970,11**	**7.168,35**	**161.804,01**
Investimentos	209.412,66	288.529,81	328.970,11	328.970,11	7.168,35	161.804,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intraorçamentárias) (III)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**209.412,66**	**288.838,21**	**329.278,51**	**329.278,51**	**7.168,35**	**161.804,01**

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes (I)	-	**36.215,10**	**36.215,10**	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	36.215,10	36.215,10	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Despesas (Intraorçamentárias) (III)	-	**249.268,48**	**249.268,48**	-	-
TOTAL (IV) = (I + II + III)	-	**285.483,58**	**285.483,58**	-	-

Com base na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art.55, segue o Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
Recurso livre	6.231,44	68.156,96
Manutenção e Desenvolvimento Ensino - MDE	273,01	0,00
Regime Próprio de Prev. Social-RPPS	62,14	0,00
Rec. Calçamento União	0,00	35.223,29
Aquisição de Patrulha Agricola Mecanizada	89.400,00	0,00
Quadra Poli Mangueirinha	0,00	125.148,01
SUB-TOTAL	95.966,59	228.528,26
TOTAL		324.494,85

2.2 Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R$4.182.739,79, o que corresponde a 29,59% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal, em seu Artigo 212.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do exercício em análise, o montante de R$2.273.713,08, o que corresponde a 86,93% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado. 60% = R$1.569.276,92.

2.3 Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

Os gastos constitucionais com saúde ASPS atingiram o montante de R$ 3.138.891,03 o que corresponde a 22,21% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências, de R$ 14.135.550,71. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.15% = 2.120.332,61.

3. RESULTADO PRIMÁRIO

Sendo o Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o Resultado Primário foi de R$ 1.852.800,61. Esse valor é R$ 1.059.000,61, superior ao valor inicialmente estabelecido de R$ 793.800,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias.

O superávit observado deve-se, principalmente, ao equilíbrio financeiro/orçamentário apresentado no período. Das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, amortização de empréstimos e alienação de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R$ 20.349.804,96. As despesas primárias que, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida, efetivaram no mesmo período, o valor de R$ 18.497.004,35. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário positivo.

Artur Arnildo Ludwig
PREFEITO MUNICIPAL

Paraíso do Sul, 24 de janeiro de 2018.